

# A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta “Retorno de Exilados” do DOPS\*.

Gabriella Daphne Pereira Ferreira

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v9i1p127-154

**Resumo:** O texto a seguir é fruto de uma pesquisa para a disciplina de Brasil IV, trabalhando com textos sobre a Ditadura Militar brasileira, em conjunto com o tema da minha monografia que se trata sobre os exilados políticos nesse período. Sendo assim, para a escrita desse material, utilizei como fontes a pasta temática “Retorno de Exilados” organizada pelo DOPS durante seus serviços de monitoramento de atividades “subversivas” prestados ao regime militar, estas fontes estão presentes no acervo do Arquivo Público do Estado do Paraná. O objetivo do texto é analisar como era construída a figura dos exilados na imprensa paranaense partindo dos excertos contidos nessa pasta, principalmente depois da Lei da Anistia de 1979, a qual motivou um retorno de exilados do exterior e que, provavelmente, foi a razão de ser dessa investigação dos policiais do DOPS materializada nessa pasta.

**Palavras-chaves:** Ditadura Militar, DOPS, Exilados Políticos, Imprensa paranaense, Lei da Anistia

\* Esse artigo faz parte do resultado de uma pesquisa que desenvolvi no último ano de minha graduação para a produção do meu trabalho de conclusão do curso. Por conta disso, gostaria aqui de agradecer à minha orientadora Prof<sup>ª</sup> Roseli Boschilia, que me acompanhou durante todo esse processo de desenvolvimento e escrita de minha pesquisa, e também ao professor da matéria de Brasil IV, que gentilmente corrigiu esse texto em um primeiro momento e me sugeriu que o publicasse.

## Introdução

Para escrever esse artigo, minha problemática foi pensar em como foi encarado pela imprensa o retorno dos exilados políticos após a extinção do AI-5 no final do ano de 1978 e a promulgação da Lei da Anistia em 1979, buscando explicitar as diferenças e as semelhanças por meio da análise de algumas matérias ou de colunas veiculadas em jornais no período. Da mesma maneira, indago como os agentes do DOPS mantiveram as práticas de investigação social mesmo com o processo de “abertura” iniciado por Geisel.

Todos os excertos de fonte, os recortes de matérias de jornais, foram feitos por agentes do DOPS e estão na pasta nomeada de “Retorno dos Exilados” mantida pelo departamento em questão. A provável causa desse esforço por parte dos agentes era monitorar a volta dos exilados políticos, que ocorreu com a fim do AI-5 em 1978, ainda sendo estes considerados subversivos e tratados com cautela pelo regime.

### **A História que permeia os periódicos: Os anos de chumbo e sua relação com o exílio**

O recorte temporal das minhas fontes abrange o final de 1978 e o ano 1979. O motivo do crescimento das matérias sobre a volta dos exilados nesse período se dá por conta da conjuntura política do regime militar nesse momento. Duas das principais ações políticas que possibilitaram a volta dos exilados foram a revogação do Ato Institucional 5 em dezembro de 1978 e a promulgação da Lei da Anistia em agosto de 1979, no final do governo Geisel e começo do governo Figueiredo.

Tendo isso em vista, para entender os motivos da volta dos exilados, é pertinente também analisar as razões que levaram às suas saídas do país em primeiro lugar, para fazer essa análise, estudar o contexto do ano de 1968 é indispensável.

**A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta  
“Retorno de Exilados” do DOPS.**

Como apresentam Cruz e Martins em seu texto “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da ‘abertura” (CRUZ; MARTINS, 2008), havia uma efervescência popular ocorrendo nesse ano, em boa parte sendo levada à frente pelo Movimento Estudantil universitário e secundarista (PET-HISTÓRIA, 2019). Os autores chegam a classificar esse grupo como a vanguarda da resistência e da contestação do regime militar nesse período. O apoio das massas populares - que não eram engajadas politicamente -, da Igreja e de parte dos trabalhadores foram decisivos para aumentar o poder e o impacto político das ações desses estudantes. O ponto de eclosão que marcou o movimento e intensificou o apoio dos demais grupos a este foi a morte do estudante Edson Luís em março de 1968, durante uma manifestação no restaurante estudantil da Guanabara, conhecido como “Calabouço”. Edson, um estudante secundarista, foi morto pela arma de um policial que tentava dispersar o bloco de estudantes que protestava no local (PET-HISTÓRIA, 2019).

Não obstante, essas tensões não se mantiveram apenas nos movimentos sociais do período, como apontam Cruz e Martins, o regime militar também se movimentava politicamente frente a esses tensionamentos no congresso com a ARENA, partido formado por apoiadores da Ditadura Civil-Militar. Entretanto, também nesse âmbito, os militares enfrentavam resistência em 1968: “A 13 de dezembro o Executivo foi derrotado [no processo de exoneração de Márcio Moreira Alves] em plenário pela diferença de 75 votos. No fim do dia estava suspensa a Constituição de 67 e editado o AI-5” (CRUZ; MARTINS, 2008: 43).

Desde o começo do regime militar, uma estratégia política foi a promulgação dos

Atos Institucionais<sup>1</sup>, ou seja, a prática não era exclusiva do General Costa e Silva, presidente em 1968. Contudo, o AI-5 é o Ato Institucional mais violento dos militares, tanto que ficou conhecido como “o golpe dentro do golpe”. Na tentativa de retomar o controle social e travar as contestações ao governo, o Ato visava um controle total, “dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados” (CPDOC/FGV, 2017). A Doutrina de Segurança Nacional era o pilar fundamental a ser defendido. Com a promulgação do ato, o Presidente poderia:

1) decretar o recesso do Congresso e demais casas legislativas; 2) decretar intervenções em estados e municípios; 3) cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão; 4) remover, aposentar ou reformar quaisquer titulares de cargos públicos; 5) decretar o estado de sítio e fixar seu prazo de duração; 6) decretar o confisco de bens; 7) suspender garantias constitucionais referentes às liberdades de reunião e de associação; 8) estabelecer a censura da imprensa, da correspondência, das telecomunicações e das diversões públicas. (CRUZ; MARTINS, 2008: 48).

O principal ponto do AI-5 que motivou várias das saídas em exílio foi o item 3 apontado por Cruz e Martins. Com o fim dos direitos políticos e a intensificação da repressão por parte do governo, muitas pessoas envolvidas direta ou indiretamente com atividades de resistência ao regime militar - consideradas como subversivas para este - optaram / se viram obrigadas a sair do país afim de preservar a própria vida.

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que não apenas os Atos Institucionais foram utilizados pelos militares para legitimar legalmente suas ações violentas e arbitrárias, a Lei de Segurança Nacional (LSN) promulgada ainda durante o governo Vargas em 1935 foi apropriada e reutilizada, por meio de decretos em 1965 e 1967, pelo regime militar para criar mecanismos burocráticos e estatais de vigilância e perseguição de seus opositores. Ainda assim, mesmo antes desses decretos, os militares já em 1964 criaram o Serviço Nacional de Informações (SNI), um órgão burocrático que servia a estes mesmos princípios de vigilância e repressão de grupos opositores. Para saber mais sobre os usos da legalidade para legitimar o governo autoritário durante a Ditadura Civil Militar ver CHUEIRI, Vera Karam de, & CÂMARA, Heloísa Fernandes. (Des)ordem constitucional: engrenagens da máquina ditatorial no Brasil pós-64. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 2015, pp. 259-288. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-6445259-288/95>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

**A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta  
“Retorno de Exilados” do DOPS.**

Entre os exilados, por exemplo, estavam os artistas Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque; o diretor de cinema Glauber Rocha; o parlamentar já citado Márcio Moreira Alves; e muitos outros militantes - não tão conhecidos pelo público geral- de organizações políticas que já enfrentavam a perseguição política, cito aqui três casos que já estudei, as militantes paranaenses Lídia Lucaski, Noemi Carriconde e Clari Izabel Fávero (FERREIRA, 2019).

Esses exílios já ocorriam antes de 1968, como cita Rodrigo Patto Sá Motta em seu texto, utilizando o termo “evasão de cérebros” (MOTTA, 2014:54.), por conta de muitos profissionais especializados saírem do país por conta da repressão. Um exemplo deste grupo é o economista Celso Furtado; também parlamentares como Leonel Brizola e Miguel Arraes, que foram perseguidos e exilados logo após o golpe de 1964. Entretanto, a promulgação do AI-5 intensificou esse processo. O livro “Exílio: entre raízes e radares” (ROLLEMBERG, 1999) de Denise Rollemberg identifica esses grupos e outros mais em sua vivência no exílio, dando um panorama maior das dificuldades e das trajetórias destes após deixar seu país natal.

Outra causa para o aumento da saída em exílio, foram os sequestros realizados por membros de grupos da esquerda armada, estes exigiam como moeda de troca pelos sequestrados a liberação de seus companheiros capturados e mantidos presos pelos militares. Entretanto, a libertação desses presos não era feita no Brasil, estes eram mandados para outros países e permaneciam no exterior na condição de banidos<sup>2</sup>. O caso mais conhecido foi o sequestro do embaixador estadunidense Charles

---

<sup>2</sup> A figura jurídica do “banido” foi criada pelos militares, estes eram expulsos do Brasil e sua volta era proibida por lei, com punições previstas para aqueles que a descumprissem. Afora isso, a experiência do

Elbrick, em 1969, pelos grupos revolucionários MR-8 e ALN, que resultou na liberação de 15 presos políticos escolhidos pelos guerrilheiros.

Vale destacar que esse processo de exílio aos presos políticos não é exclusivo da Ditadura Civil-Militar brasileira. Luís Roniger (RONIGER, 2010) defende a tese de que o uso cada vez maior da ferramenta do exílio contra a população civil transforma a própria funcionalidade desse processo nos estados ibero-americanos. Levando em consideração principalmente os golpes militares que ocorreram em toda a América Latina na segunda metade do século XX, o que intensificou essa movimentação interna no continente e as dinâmicas ocorridas entre os países “expulsores” e os países “anfitriões”. Silvina Jansen, por outro lado, ressalta a importância de se analisar as condições subjetivas dos indivíduos que atravessam a experiência do exílio (JANSEN, 2011:2). A contribuição desse elemento de análise é destacar que cada pessoa encara esse processo de uma maneira diferente, não sendo possível homogeneizar essa experiência para os casos estudados.

Sendo assim, o processo de exílio pode afastar o exilado das práticas políticas, por conta do trauma deste acontecimento, ou reforçar nele o desejo pela atuação política, trazendo a experiência que obteve no país ou nos países em que ficou durante seu exílio. Exemplo disso é o processo de exílio de Caetano Veloso citado por Marcos Napolitano (NAPOLITANO, 2014), que reconcilia<sup>3</sup> o cantor com os grupos universitários

---

exílio foi vivência tanto para os chamados de exilados e quanto os banidos.

<sup>3</sup> Caetano teve seus desentendimentos com Movimento Estudantil brasileiro que fazia oposição à Ditadura Civil-Militar, ocasionados por uma divergência em relação a forma de atuação contra os militares, Napolitano exemplifica essa dissidência explicando que ME achava Caetano “um hippie alienado”, estando mais ligados a “uma luta política *stricto sensu* contra o regime”. Um dos grandes embates que aconteceram entre Caetano e parte dos universitários foi durante um show no teatro da PUC-SP, no qual o público ali formado viajava Caetano e este continuou sua performance com um discurso criticando a postura desses estudantes.

**A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta  
“Retorno de Exilados” do DOPS.**

engajados brasileiros. Essa reconciliação ocorre por conta da experiência de Veloso com o Movimento Estudantil no exterior e também por sofrer com a repressão e a censura no Brasil e que o motivou a partir para o exílio, este se tornou uma vítima da ditadura a qual, até então, não o tinha atingido diretamente.

Dez anos após a promulgação do AI-5, na transição dos governos de Geisel para Figueiredo em 1978, o Ato Institucional em questão é extinto, seguindo a premissa defendida por Geisel de uma transição para a democracia de maneira “lenta, gradual e segura”. Desde 1974/75 era discutida e questionada a validade do AI-5 por grupos civis como a OAB, que foram ganhando apoio das camadas mais populares que se manifestavam mesmo sob a dura repressão da Ditadura Civil-Militar, essas participações políticas foram chamadas por Cruz e Martins de “despertar da sociedade civil”<sup>4</sup> (CRUZ; MARTINS, 2008: 82). É pertinente ressaltar que, apesar da revogação do AI-5, Geisel manteve a Lei de Segurança Nacional, além de ampliá-la no final de 1978, reafirmando seu propósito: a transição precisava ser segura.

Também em 1978, começam os debates sobre a legislação da Anistia, que viria a ser promulgada em 1979 sob o governo de Figueiredo. Segundo Skidmore, Figueiredo mantinha a premissa de liberação que começou com o governo Geisel em seus

---

<sup>4</sup> Entretanto é necessário problematizar essa afirmação. Houve sim um maior engajamento político de muitos grupos civis nesse momento, mas colocar esse acontecimento como um “despertar” é de certa forma afirmar um desconhecimento por parte da sociedade civil dos acontecimentos deste período histórico, o que muitos historiadores criticam ao afirmar que a Ditadura foi Civil-Militar (termo que eu considero o mais completo); colocando os civis como vítimas ou como indivíduos que não tinham consciência do momento político em que viviam, que não estavam “despertadas”. É importante também considerar que ainda havia grupos favoráveis aos militares, não sendo os civis em totalidade se opondo ao regime, e que a Lei da Anistia foi elaborada por grupos politicamente destacados, tanto da sociedade civil quanto por parte dos militares.

mesmos moldes: lenta e segura. A questão e os debates sobre a Anistia foram muito populares, pois esta era considerada “vital para que o Brasil abandonasse o regime autoritário e reintegrasse na sociedade e na política os milhares de exilados políticos que tinham fugido do país ou sido perseguidos no exterior desde 1964” (SKIDMORE, 1988:270)<sup>5</sup>.

As manifestações a favor da Anistia foram em grande parte protagonizadas por mulheres, os casos mais famosos são os do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) criado em 1975 e propagandeado amplamente pelos meios de comunicação; e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) em 1978, que em sua criação contou com muitas participantes do MFPA. Entretanto, posteriormente, as duas organizações entraram em conflito por divergências políticas sobre em quais termos legais e políticos seria formulada Anistia. O MFPA ficou conhecido por ser, como aponta Ana Rita Fonteles Duarte, “mais restritivo e de abordagem pouco política, embora precursor” (DUARTE, 2009: 92); enquanto o CBA “deixa claro o projeto político de transformar a campanha pela anistia em luta popular, com avaliação da necessidade de se tornar movimento de massa para acuar o Estado autoritário” (DUARTE, 2009: 64).

A lei da Anistia promulgada em agosto de 1979, livrou as acusações de todos os crimes políticos<sup>6</sup> cometidos por exilados, presos e também por militares perpetradores

---

<sup>5</sup> Apesar de Skidmore utilizar em seu texto o termo “fugido”, este não representa a real condição na qual os brasileiros que saíam em exílio estavam; não era uma fuga, era a única opção viável para preservar suas vidas e continuar a atuar politicamente, mesmo que fora de seu país. Devido ao fato de o termo estar presente em uma citação direta do autor, não é possível alterá-lo, mas deixo aqui um esclarecimento.

<sup>6</sup> Ressaltando que os crimes políticos cometidos por exilados e outros perseguidos políticos eram os de subversão na lógica da Lei de Segurança Nacional já comentada acima. Os crimes cometidos pelos agentes do governo eram os de terrorismo estatal, relacionados aos seus atos violentos e arbitrários feitos em nome do Estado para a manutenção de sua ordem. Esse modus operante da repressão parte da Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida pela Escola Superior de Guerra partindo os princípios da LSN, que visava fornecer um aparato de defesa por parte do Estado para se proteger de supostas

**A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta  
“Retorno de Exilados” do DOPS.**

da violência sofrida por estes. O principal argumento era a necessidade de “deixar para trás” esses acontecimentos para o Brasil seguir em frente, como uma nação unida. Os direitos políticos que haviam sido cassados com os Atos Institucionais também são reavidos em alguns casos. É importante ressaltar que, apesar da promulgação da lei, os exilados ainda eram vistos pelo governo com maus olhos por serem abertamente opositores da Ditadura Civil-Militar, sua volta e principalmente sua permanência e reinserção no país não foi facilitada mesmo após da lei de 1979 pelos órgãos estatais.

A promulgação da Anistia e o fim do AI-5 fez com que muitos exilados voltassem para o Brasil, Skidmore cita como exemplo os políticos Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes. Além de ser possível viver dentro da legalidade no país, a suposta abertura política iniciada por Geisel incentiva a volta de muitos exilados que desejavam participar presencialmente desse processo. Não obstante, grupos de apoio aos exilados já atuavam na causa mesmo do exterior, como por exemplo o CBA - citado acima - que, inclusive, foi criado na França e incentivava os exilados que já haviam retornado a ajudar a organização a trazer os que continuavam fora do país.

A lei fortalece a popularidade de Figueiredo e dá mais liberdade de ação para a imprensa, embora a censura continuasse, o presidente confiava na capacidade do mecanismo estatal brasileiro de manter os exilados sobre controle. A suposta abertura do regime ditatorial por Geisel não foi totalmente adotado na prática, prova disso é o documento encontrado em 2018 pelo pesquisador professor Matias Spektor (FGV, 2018), vinculado à Fundação Getúlio Vargas; um memorando do, na época, chefe de segurança da CIA chamado William Colby para o Secretário de Estado dos EUA Henry

---

ameaças a sua hegemonia.

**Gabriella Daphne Pereira Ferreira**

Kissinger. Esse documento relata uma reunião confidencial, ocorrida em 1974, do presidente Geisel com mais três generais, incluindo o chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) João Figueiredo, que viria a se tornar o próximo presidente do Brasil. Nesse encontro, segundo o memorando, Ernesto Geisel permitia o uso “métodos extrajudiciais, incluindo execuções primárias, no combate aos opositores do regime militar no Brasil”, Colby cita ainda essa decisão como uma continuação da política já adotada por Médici. Essas análises são importantes para desmistificar as figuras de Geisel ou de Figueiredo durante o processo de distensão da Ditadura Civil-Militar, como mais “abertas” ou “tolerantes” do que os outros presidentes militares do período.

Explicado isso, a lei da Segurança Nacional continuava vigente com as alterações feitas por Geisel, ainda que fosse permitido a volta dos exilados, estes eram considerados como subversivos e eram observados constantemente pelo aparato de inteligência dos militares. Por exemplo, existia no Departamento de Ordem Política e Social, também conhecida como DOPS, uma pasta referente ao retorno dos exilados, a qual estavam minhas fontes. Este é um indício desse estado permanente de controle e investigação dos grupos que ainda eram considerados pelo regime militar como uma ameaça para o país.



Gabriella Daphne Pereira Ferreira

coluna publicada no jornal Gazeta do Povo na edição do dia 04 de março de 1979, segundo a anotação do agente que catalogou o recorte da fonte, e intitulada de “*Welcome, Exilados*”, publicada em 02 de março de 1979. Foi escrita por Adirson de Barros, jornalista que tinha fortes laços com o governo militar, especialmente com o General Geisel, sobre o a qual ele chegou a escrever um livro chamado de *Geisel e a Revolução Brasileira* publicado em 1976. Essa obra do jornalista também é citada por Skidmore (SKIDMORE, 1988: 203).

Todo o texto tem um grande teor de ironia e até de deboche com os exilados que voltam ao país. Já no primeiro item, o autor faz uma referência ao poema “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias. Barros também ironiza a condição dos exilados e a perseguição sofrida por estes, que os levou a sair do país, utilizando frases como “porventura, ou desventura, acham-se exilados no exterior, desde os idos de 64, ou de 68 [...]” (a última data fazendo menção ao AI-5) ou “os que, inadvertidamente ou não e por qualquer motivo confessável ou não, praticaram atos ilícitos”. Com isso, o jornalista deixa explícito seu posicionamento contrário em relação ao grupo e uma possível volta, revelando esses elementos que os tornam indesejáveis ao país. O autor ainda associa a inflação de 100%, agitação social e o desrespeito pela hierarquia militar, a imaturidade dos políticos de governos anteriores ao Golpe de 64 e que foram exilados durante o regime.

O Movimento Estudantil também não escapa de sua ironia, Barros os coloca como jovens que “por serem jovens demais e levados pela articulação de pessoas mais velhas e experientes, foram as ruas”, deslegitimando a autonomia dos estudantes e colocando suas ações como influenciadas pelos mais velhos. Ainda nesse excerto, o autor associa os estudantes as ações dos grupos revolucionários, “[os estudantes eram presos] mas logo trocados por senhores embaixadores descuidados que não

**A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta  
“Retorno de Exilados” do DOPS.**

acreditaram na tecnologia nacional para sequestros”. A crítica a esquerda armada surge em outro tópico com a mesma ironia:

SEJAM bem-vindos os que, de arma na mão; assaltaram bancos e empresas com o nobre objetivo de fazer mais depressa a revolução proletária, para acabar de vez com a exploração do homem pelo homem, e a fim de estabelecer no País uma sociedade sem classes, isto é, onde somente o Estado pode tenha a autoridade e o direito de explorar todos os homens.

No restante do texto, o autor faz ironias utilizando do viés ideológico da esquerda, adotado por muitos dos exilados, fazendo referência ao “imperialismo russo” da URSS e criticando o projeto de revolução comunista ambicionado por essa esquerda: “SEJAM bem-vindos os que lutaram pela liberdade a fim de instalar um regime onde elas não existam”. O autor ainda faz uma sátira a condição de exilado e ao tempo que estes passaram no exterior, sendo o último tópico escrito em inglês “*WELCOME, exilados*”. O extrato de fonte mostra que apesar de, como já citado acima, a lei da Anistia e a volta dos exilados alcançarem um apoio popular relativamente grande, este não era um consenso entre a sociedade brasileira. Sendo criticada por Barros, um civil apoiador do regime militar, nessa coluna publicada pelo jornal e dentro do governo, por militares da linha dura.

## Exilado que voltou diz que muitos outros também virão

*Jornal do Brasil - 24/07/78*

Salvador — “Um país que apresenta uma crise tão dramática como o Brasil não pode prescindir da colaboração de patriotas da mais alta qualificação técnica e humanística. Brasileiros nascemos, brasileiros iremos morrer. A Pátria não é propriedade privada. Ela pertence a todos nós. Por isso voltamos e muitos outros vão voltar, nos próximos meses.”

A declaração é do sociólogo e poeta Fernando Batinga de Mendonça, que depois de oito anos de exílio voltou ao Brasil sexta-feira e já foi chamado para prestar depoimento “sobre assuntos úteis à Justiça Federal”. Hoje, pela manhã, às 8h, ele vai comparecer à delegacia da Polícia Federal em Salvador, em companhia dos advogados Adelmo Oliveira e Ronilda Noblat.

### Retorno em massa

O Sr Fernando Batinga — que durante seu exílio esteve no Chile, Alemanha Federal e Portugal — confirmou as notícias de que no segundo semestre os exilados brasileiros pretendem retornar em massa, embora desconheça esta intenção enquanto “sistemática e organizada”.

Informou que o retorno deverá acontecer em maior escala a partir de setembro, quando terminam as férias do verão europeu. “Muita gente já renunciou a seus empregos e está passando o último verão na Europa, retornando no máximo até o final do ano. Eu também estava nessas condições, mas decidi antecipar meu retorno”, explicou.

Para o Sr Batinga, que veio a Salvador rever o filho de nove anos, o “regresso dos exilados não dará pretexto a perturbações antidemocráticas, inclusive porque os que retornam têm consciência de sua responsabilidade redobrada, além de uma visão mais realista do processo político brasileiro, decor-

rência da experiência com outros processos políticos durante o período de exílio”.

“Estamos voltando com o intuito de retomar contatos, responder o Brasil e participar da tarefa de construção de instituições democráticas e duradouras, ajudando o Brasil a sair desta crise que não é só política, é social, econômica e cultural” — declarou o ex-exilado, que lecionou em universidades dos países que o receberam.

### A abertura

Para o sociólogo, formado pela Universidade Federal da Bahia, em 1966, o retorno dos exilados é, além de consequência do “esgotamento e desidentificação com as sociedades onde vivem”, reflexo de uma mudança no processo brasileiro, pois “já existem indícios de um encaminhamento democrático, como o fim a censura, certos pronunciamentos de figuras do Governo e o crescimento da Oposição e do movimento sindical”.

O Sr Fernando Batinga, que tem livros publicados no Brasil, Portugal e Alemanha, lembrou também a “certa urbanidade e correção” com que os brasileiros exilados são agora recebidos nas representações diplomáticas do Brasil no exterior, fato que segundo ele não acontecia antes, inclusive originando “bebês apátridas” — filhos de exilados que não eram registrados nas embaixadas.

Apointa seu exemplo pessoal como significativo desta mudança, pois retornou ao país com um passaporte conseguido graças a um mandado de segurança vitorioso por unanimidade no Tribunal Federal de Recursos. Seu retorno — em companhia da Sra Pedrina de Carvalho, que está em São Paulo — ocorreu, também, sob a proteção do Alto Comissariado da ONU para os refugiados.

Imagem 2: Excerto do Jornal do Brasil. Fonte disponível no Arquivo Público do Estado do Paraná

A segunda fonte selecionada para a análise está na mesma pasta do DOPS já citada acima. Por conta do recorte que o agente fez não é possível identificar o autor da reportagem, apenas mostrando a cidade de Salvador, onde esta foi escrita. A data de publicação, 24 de julho de 1978, e o nome do Jornal do Brasil foram escritos pelo agente do departamento que catalogou o recorte, o título da matéria é “Exilado que voltou diz que muitos outros também virão”.

Essa reportagem vai no sentido contrário à coluna escrita por Adirson Barros. O citado faz uma ironia quando destacou o patriotismo dos exilados, já nesta matéria o exilado Fernando Batinga Mendonça, sociólogo e poeta, realmente exalta o patriotismo dos exilados: “Um país que apresenta uma crise tão dramática como o Brasil não pode

**A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta  
“Retorno de Exilados” do DOPS.**

prescindir da colaboração de patriotas da mais alta qualificação técnica e humanística. Brasileiros nascemos, brasileiros iremos morrer”. Essa exaltação do “ser Brasileiro” que Mendonça faz com os exilados antagoniza justamente com a visão anterior expressada por Barros, de que estes seriam indesejáveis ou “maus brasileiros”. Ao expressar que estes são “brasileiros da mais alta qualificação técnica” aliada a esse patriotismo, Mendonça usa de uma retórica para abrir caminho para o retorno dos exilados ao Brasil, argumentando que eles são capazes, úteis (no sentido da aplicação de seu conhecimento e técnica para o desenvolvimento do país) e com vontade de voltar e servir a sua terra natal. Essa declaração também pode ser ligada a informação citada por Motta, da “evasão dos cérebros”, de profissionais qualificados, por conta da repressão.

Seguindo com a matéria, Batinga ainda afirma que após o exílio “os que retornam têm consciência de sua responsabilidade redobrada, além de uma visão mais realista do processo político brasileiro, decorrência da experiência com outros processos políticos durante o período de exílio”, declaração que podemos comparar com a categorização proposta por Silvina Jansen já apresentada acima, assim como o exemplo de Veloso citado por Napolitano.

Além disso, o texto ressalta um aspecto da retórica utilizada na época para defender a volta dos exilados ao Brasil: a figura do bom exilado. Nesses casos, essa argumentação era empregada para amenizar o impacto negativo que o status de exilado deixava nessas pessoas. Sendo assim, argumentar que estes têm essa “consciência de sua responsabilidade redobrada” ou sobre sua “alta qualificação técnica” que seria usada a favor do país, tenta apaziguar as tensões internas provocada

pela volta dos vistos como “subversivos”; para dizer que eles voltaram para ajudar no esforço de construção e desenvolvimento do país, em outras palavras: que eles não “trariam mais problemas”. Retórica essa que não se aplicava aos banidos, por vezes ligados a luta armada e que não puderam voltar mesmo após a Lei da Anistia; a distensão definia bem seus limites.

## “Memórias do Exílio”: a vida de 10 mil brasileiros no exterior

NOVA YORK — “Exilados? Alguns se integraram nas sociedades locais, outros resistiram formando núcleos brasileiros no exterior. Mas uma coisa ficou clara: não existe o “exilado”. Existem 10 mil pessoas vivendo por aí, num nomadismo que não lhes deixou a opção de controlarem seus destinos. Entre banidos, cassados, exilados e auto-exilados, eles viveram de bolsas, favores, tolerâncias, esperança, raiva. Discriminados às vezes, sobrevivendo de esforço, bicos solidária e até de bons empregos”.

Esta é a opinião dos organizadores da coleção Memórias do Exílio, cujo primeiro volume, De Muitos Caminhos, publica 25 entrevistas e com exilados brasileiros além de documentos inéditos sobre o exílio.

O projeto Memórias do Exílio nasceu de uma preocupação com o passado, uma preocupação que sendo típica de historiadores, é também comum entre exilados, excluídos que foram da vida pública de seu país. Mas o projeto é também uma ponte para o futuro, um documento da presença ativa de gente atualmente marginalizada pela propaganda governamental com a pecha de “mas brasileiros”.

Quem fala é Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, 42 anos, um dos organizadores que se encontra atualmente nesta cidade. Professor de Sociologia e História nas Universidades de Lisboa e Washington (no Missouri) ele tem 14 anos de exílio e assinou, com Jovelino Ramos o primeiro volume da coleção, De Muitos Caminhos. Este livro foi lançado em 1976 em Lisboa, pela Editora Arcádia e em setembro passado no Brasil, pela Editora e Livraria Livramento, de São Paulo.

A coleção Memórias do Exílio foi planejada e organizada por seis intelectuais, sob o patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré. Dos seis, o único não exilado é Jovelino Ramos, vice-presidente do Conselho de Igrejas Protestantes que obteve parte dos recursos para financiar o primeiro livro. “Foram recursos bem magros e tivemos que utilizar as mesmas fitas para regravar, com isso apagando depoimentos vivos, insubstituíveis. O terceiro é Rubem Cesar Fernandez cujo nome não apareceu nos livros. Hoje ele reside no Brasil, e Isolina antropóloga na Unicamp, mas no momento está atuando como Professor Visitante na Universidade de Columbia, nesta cidade. Outros dois que agora se identificam são Clovis Brigagão e Marcus Arruda. O sexto organizador prefere ficar no anonimato.

— Em maio de 1979 será lançado o segundo volume da coleção, provavelmente no Brasil, diz Pedro Celso. Não sabemos quantos volumes terá esta coleção. Todo o projeto está ligado à História do Brasil, de agora em diante. Rubem Cesar Fernandez acrescenta: “No primeiro livro lidamos com a diversidade dos exilados. Cobrimos muito território. No segundo agrupamos um lado da problemática específica.

Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Rubem Cesar Fernandez e Jovelino Ramos estão felizes com o volume de cartas que a editora brasileira recebeu, com reações às 25 entrevistas com exilados. “Planejamos publicar as cartas no futuro como parte da memória. O livro teve o efeito de conciliação da família brasileira com características nacionais fortíssimas, que os 14 anos de distância geográfica e as distorções de imagens não conseguiram tornar menos identificáveis” — comenta Rubem.

— Por outro lado o livro quebra o mito de que exilado

é um monobloco amesquado. Tem gente tão diversa no exílio quanto a gente que permaneceu no Brasil, com tendências, aspirações, limitações e talentos igualmente diversificados. O que nos une é a brasilidade, que na distância, correu mais tensa nas veias — diz Pedro Celso.

Para Rubem, a experiência de De Muitos Caminhos é tão fascinante para o leitor como foi para eles, que fizeram as entrevistas.

— É irônico, por exemplo, notar que muitos militares preferiram países socialistas, como um amigo meu que foi para Cuba e lá se matriculou na universidade, tornou-se ótimo aluno mas hoje limita suas atividades ao trabalho que exerce como um fabuloso técnico de laboratório. Sua militância desapareceu. Estou convencido de que, em geral, os que foram para países socialistas tiveram as carreiras mais “bem comportadas” de exílio.

— Exerceu militância quem viveu no mundo democrático capitalista, porque só há ativismo político no mundo democrático. Nem no franquismo nem no comunismo há espaço para politização militante — comenta Pedro Celso.

As diferentes áreas de exílio determinaram adaptações diversas. Para Rubem, “quem viveu em culturas anglo-saxãs, aprendeu mais sobre os direitos de cidadão. Tenho um amigo que levou uma cartada da polícia num movimento estudantil nos Estados Unidos, acionou o Governo e ganhou”.

— E se por um lado muitos se humanizaram e amadureceram politicamente, houve quem se tornasse mais autoritário e até mesmo megalomaniaco. Vi um sujeito governando o mundo com um lápis na mão, de uma salinha. Os muitos caminhos levaram ao melhor preparo de uns, ao despreparo de outros. Tudo dependia também da força íntima e até mesmo da sorte de cada um.

No projeto Memórias do Exílio um volume especial será dedicado às mulheres. Os organizadores são quatro professores que preferem ficar no anonimato, por enquanto. Um deles está em Columbia. “Devemos decidir com as pessoas entrevistadas se identificaremos todos ou partes, apenas. Já entrevistamos as mulheres com mais liberdade do que os entrevistados do primeiro volume, porque há menos preocupação com repressão. Mesmo assim devemos agir com muita cautela.

O livro sobre mulheres no exílio conta com mais fundos. Além do Conselho de Igrejas, a Fundação Ford e o Social Research Council, da Universidade de Washington, onde Pedro Celso é professor, deram alguma ajuda. “Mas é pouca. Quem deve ter interesse em registrar a memória brasileira são fundações e o Governo brasileiro. Estamos com esperança de obter ajuda do Brasil”, diz Pedro Celso. “No segundo volume já estamos podendo guardar todas as fitas. É emocionante ouvir as vozes. As pessoas choram, engasgam, se emocionam. Tudo isso é parte de nossa herança para o futuro.

O volume dois da coleção mostrará como o exílio mudou as vidas das mulheres.

— Algumas, que eram ativistas no Brasil, no exterior viram-se obrigadas a lidar com as situações de pauperização, de cuidar de crianças de prover para que a comida chegasse no fim da semana. Outras, passivas no Brasil, viram-se obrigadas a agir no exterior. Buscamos uma situação abrangente, por isso entrevistamos tanto as que saíram exiladas, como as que acompanharam o exilado”.

Segundo os organizadores, “o aspecto mais interessante do volume de mulheres é o cotidiano do exílio. Como viver num quatinho mínimo, onde você tem que cozinhar, estudar, descansar e receber amigos? Quem vai lavar os pratos. Como lidar com a quebra de status e hierarquias?”.

— As mulheres avaliam bem perdas e ganhos. Muitas são ilustres desconhecidas, porque na política brasileira, e mundial em geral, os heróis são os homens, no sentido de reconhecimento público. O assunto opção e falta de opção vem mais à baila para a mulher que acompanhou o homem exilado. Em todos os depoimentos temos um estado fabuloso do subjetivo, que deverá atingir leitores de ambos os sexos.

Segurança e raízes, insegurança e mobilidade, democratização e diálogo, reavaliação de símbolos em geral vêm à tona através do dia-a-dia visto pelas mulheres brasileiras no exílio.

O livro é feminista? “Não. É um livro que pode coincidir com mudanças discutidas em grupos feministas, e pode preocupar em diferentes níveis de tensão a mulheres e homens individualmente nessa década. Mas o livro entrevista mulheres sobre como elas sobreviveram fora das proteções tradicionais brasileiras, e o que aprenderam com isso”.

Os últimos volumes abordarão o desafio máximo, a volta. Como será incorporada a experiência do exílio na volta? Como serão analisadas as aquisições, expansões, como será a volta do Brasil fantasiado-no-exílio ao Brasil real com sua força, com o novo brasileiro, e com todos os velhos cacetes?

— Junto ao desejo de voltar, existe o medo de voltar. O exílio criou um hiato. “Suf com 27 anos, hoje tenho 42. Minha vida adulta foi vivida no exterior. Meu mundo era Jacareizinho e Zona Norte. Hoje é fácil andar de malinha na mão para qualquer lado”, diz Pedro Celso.

Os exilados sabem que terão que reaprender o Brasil, mas a tarefa para a maioria promete ser mais gratificante e afetiva do que o eterno aprender de lugares estrangeiros no mundo. “Você quer um exemplo?”, diz Rubem que já voltou há um ano, há Pedro Celso que há 14 anos não pisa em solo brasileiro. “Não conheço um exilado que entenda de Bolsa de Valores. Qualquer dona-de-casa no Brasil de hoje entende”.

“Nossas memórias também são diferentes, dependendo de onde estivermos. 1958, para quem estava no Brasil foi o ano do AI-5. Eu, na Polônia fui mais traumatizado com a invasão da Tcheco-Eslôvquia, e com a onda de anti-semitismo. Já quem viveu nos Estados Unidos se lembra do movimento contra a guerra do Vietnam”, diz Pedro Celso.

Mas todos eles são brasileiros. Homens e mulheres levados a trilhar muitos caminhos por contingências infelizes parecem todos desejar, via Brasil, encontrar as novas verdades das próprias vidas, sem perder o aprendizado feito no exterior. Não se sentem vítimas nem heróis. Têm suficiente maturidade e humildade para desejarem ensinar, assim como aprender, e suficiente pragmatismo para olhar em frente.

Os entrevistados, organizadores de Memórias do Exílio não falaram dos motivos pelos quais deixaram o Brasil. Insisti no assunto, no fim da entrevista. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Rubem Cesar Fernandez faziam parte da equipe do MEC que preparava uma Nova História, a História do Brasil, para colégios secundários. Quinze anos depois eles fazem uma História que preferiram não tivesse existido, mas que ainda está viva, a do exílio.

Imagem 3: Excerto de um jornal com nome não identificável na fonte. Disponível no Arquivo

## A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta “Retorno de Exilados” do DOPS.

Público do Estado do Paraná.

A terceira fonte a ser analisada é rica em informações por se tratar de uma entrevista sobre um projeto de historiadores para entender o processo de exílio, que resultou no livro *Memórias do Exílio* lançado em 1976, primeiro livro que tratava sobre o assunto lançado na época. A matéria escrita por Beatriz Schiller e publicada em 18 de janeiro de 1979, no Jornal Folha (não é possível identificar o restante do nome devido a letra do agente que catalogou o recorte, mas é uma hipótese que seja a Folha de Londrina), traz detalhes sobre o processo de produção do livro.

Esse procedimento é contado por Pedro Celso Uchoa, que estava lecionando História e Sociologia em Lisboa e em Washington durante seu período de exílio, que é um dos organizadores do projeto. Uchoa fala desde o baixo orçamento para o livro, que foi patrocinado por Paulo Freire e Nelson Sodré, até o planejamento para o próximo projeto, que trata sobre a memória sobre o exílio das mulheres especificamente. Para esse segundo livro, chama a aten o do patrocínio do Conselho de Igrejas e da Funda o Ford.

Um elemento ressaltado pelos entrevistados foi a diferença de atua o e da militância que os exilados tinham dependendo do lugar aos quais eles se fixavam após a saída do Brasil. Rubem Fernandes, por exemplo, fala sobre alguns conhecidos que foram para Cuba e não seguiram mais com sua militância política, procurando se desenvolver profissionalmente em seu novo país. Fernandes critica essa acomodac o, retornando a falar que os exilados que foram para países socialistas tiveram “carreiras mais bem comportadas”. Em muitos casos, pessoas que passaram pelo exílio tiveram perdas profissionais, por não conseguir se formar antes da sua saída do país e também

Gabriella Daphne Pereira Ferreira

por, após sua volta, não conseguir retornar a estudar (os estudantes que estudavam em instituições públicas são os mais afetados, a perseguição por parte do regime ditatorial não acabava depois de sua volta ao país). A crítica dessa atuação política feita por Fernandes faz muito sentido dentro dessa realidade, de pessoas que sacrificaram sua vida profissional (ele, de certa forma, incluso) por um projeto político em contraste com esses outros casos de indivíduos que depois de certo período deram prioridade a sua formação.

Pedro Celso ainda faz uma crítica política a organização política cubana, falando que “só há ativismo no mundo democrático”, colocando tanto o franquismo quanto o comunismo em espaços em que não haviam espaço para a politização militante. Essa crítica demonstra que também há divergência de pensamento entre a própria esquerda que fazia oposição ao regime militar, não a encarando como um mesmo grupo homogêneo e coeso internamente; parte desse grupo considerava Cuba como um exemplo de projeto político, outra como um mundo não democrático.

Concluindo, ressalto outros dois aspectos do texto para serem analisados. O primeiro diz respeito a presença da figura feminina na resistência, que por vezes é silenciada na história da oposição política à Ditadura Civil-Militar no Brasil. Nesse caso ela é destacada na matéria, discorrendo sobre as especificidades da experiência do exílio para as mulheres e as inserindo nesse debate sobre os militantes que sofreram com a perseguição política. Inclusive trazendo a questão do feminismo, mesmo que não seja o foco do livro *Memórias das Mulheres do Exílio* (COSTA, 1980) que viria a ser lançado nos anos 80, para analisar essa experiência.

O segundo ponto é o motivo do exílio de Uchoa e de seu colega, o historiador Rubem

A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta “Retorno de Exilados” do DOPS.

Cesar Fernandes: ambos faziam parte do MEC e pretendia aplicar a Nova História<sup>8</sup>, debatida entre acadêmicos do período, no ensino dos colégios secundários.

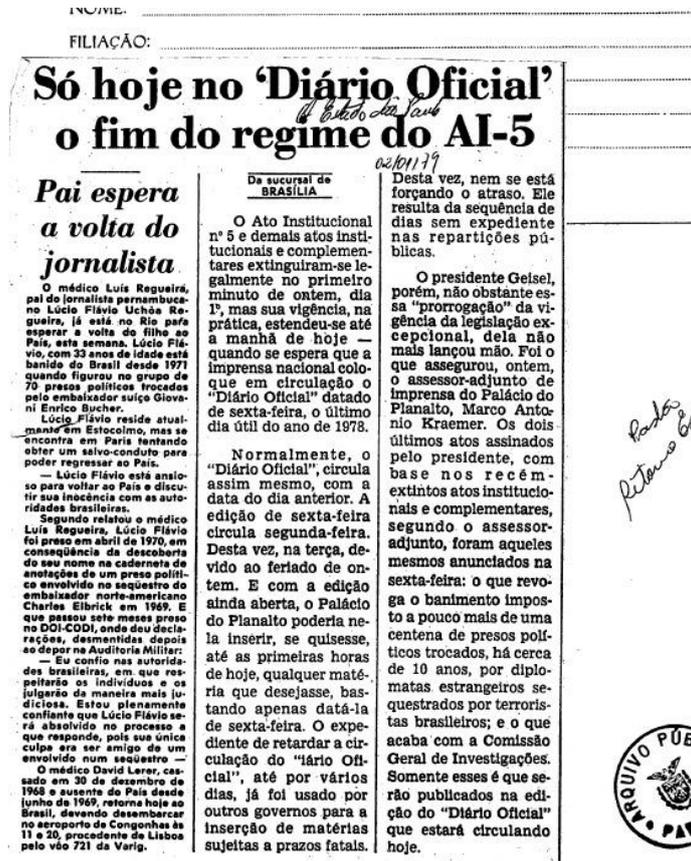


Imagem 1: Excerto do jornal O Estado de São Paulo. Fonte disponível no Arquivo Público do Estado do Paraná.

<sup>8</sup> A coleção de livros didáticos *História Nova do Brasil*, organizada por Nelson Werneck Sodr e e escrita pelo mesmo em conjunto com Joel Rufino dos Santos, Mauricio Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes, todos vinculados ao Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). A coleção foi anunciada pelo Ministério da Educação e teve 5 edições lançadas até o Golpe Militar de 1964, que acabou com o projeto, não lançando mais nenhuma edição, e colocou seus escritores sob suspeição, muitos deles foram perseguidos e chegaram ir para o exílio, como o caso de Joel Rufino, Pedro Uchoa Cavalcanti e Rubem Fernandes.

A quarta fonte trazida para análise é uma reportagem publicada no jornal O Estado de São Paulo, no dia 02 de janeiro de 1979 e creditada a sucursal de Brasília, ou seja, a sede do jornal na capital federal. Nesta matéria intitulada de “Só hoje no ‘Diário Oficial’ o fim do regime do AI-5”, existe uma coluna dedicada a contar sobre a espera do médico Luís Regueira, pai do jornalista Lúcio Flávio Regueira que estava voltando para o país. O motivo do jovem ir para o exterior nos anos 70, foi o “seu nome estar em uma caderneta de anotações de um preso político envolvido no sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick em 1969”. Retomando os princípios de segurança nacional estabelecidos pelo AI-5, já citado na contextualização da fonte, com o Ato Institucional uma prisão como essa, realizada de maneira arbitrária e sem provas suficientes, poderia ser feita<sup>9</sup>.

Nas outras duas colunas da matéria, é narrado como aconteceu a extinção do AI-5 por meio do “Diário Oficial” do governo e como a escrita deste, realizada no último dia útil do ano tem um significado. As datas de escrita e publicação dos “Diários” eram ferramentas políticas utilizadas pelos militares para atrasar determinadas ações ou incluir parágrafos importantes de última hora, visando não deixar tempo de reação para áreas da oposição dentro ou fora do governo.

---

<sup>9</sup> A Doutrina de Segurança Nacional usava a lógica da suspeição contra todos, pois na concepção da doutrina qualquer um poderia ser um inimigo da nação infiltrado/disfarçado. A aplicação disso resultou na prisão de muitas pessoas não relacionadas com as atividades vistas como subversivas, desde babás de filhos de militantes políticos, pessoas que tinham cartões com seus endereços dentro das bolsas de pessoas que foram presas, crianças, parentes; enfim, a arbitrariedade era quase uma regra e não a exceção.

A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta "Retorno de Exilados" do DOPS.



Imagem 2: Excerto de um jornal com nome não identificável na fonte. Disponível no Arquivo Público do Estado do Paraná.

A última fonte a ser analisada foi arquivada pelo agente do DOPS no dia 03 de setembro de 1979, sendo então de publicação anterior a essa data. O recorte não mostra nome do autor da primeira matéria, mas a segunda é creditada ao jornalista Juarez Bahia, que era correspondente em Lisboa. Não estando presente o nome do jornal de origem na fonte, este pode ser a Folha de São Paulo ou O Estado de São Paulo, dois dos jornais para os quais Juarez Bahia trabalhava como correspondente na época.

A primeira reportagem fala sobre a volta dos exilados brasileiros para o país,

Gabriella Daphne Pereira Ferreira

fazendo referência a Geisel em seu título “A volta do exílio (lenta e gradual) de milhares de brasileiros”. Nessa matéria, o autor redimensiona o número de exilados pela Ditadura Militar no Brasil, de 10 mil divulgado pela comissão de Justiça e Paz, para 6 mil, divulgado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, em uma análise dos dados que a organização tinha. A participação da ONU na questão dos exilados também aparece, o Comissariado para os Refugiados da organização estava custeando a passagem para aqueles exilados que não tinham condições de pagar sua volta para o país de origem.

A matéria faz um elogio à Lei da Anistia e apresenta uma divergência política nas ações dos exilados:

De um lado, os que acham que devem voltar, o mais rápido possível, a fim de se reintegrarem no processo político e lutarem pela redemocratização do país, incluindo-se aí uma futura anistia ampla, geral e irrestrita; e do outro os que ainda não aceitam a já concebida pelo Governo Figueiredo, mesmo quando já beneficiados por ela.

Podemos relacionar esse excerto novamente com o elemento de análise trazido por Silvina Jansen, a experiência do exílio é muito particular e afeta a ação dos exilados de maneiras diferentes. Ainda assim, no final do texto, o autor afirma que em todos “[...] é comum o desejo de voltar. Hoje, amanhã ou depois, em grupos ou isoladamente, de Paris ou de qualquer parte do mundo”. Existem diferenças, mas também existem semelhanças entre as pessoas que estão no exílio: a vontade de voltar para a casa.

Por fim, a reportagem de Juarez Bahia é um relato da sua experiência de exílio e de seu amigo Diogénes em Lisboa. O autor ressalta a diferença que viver em outros países faz na formação política e social do exilado e revela, por outro lado, uma certa insegurança sobre sua volta, Soledad Lastra apresenta em seu livro *Volver del Exílio: Historia comparada de las políticas de recepción en las posdictaduras de la Argentina y Uruguay (1983-1989)* (LASTRA, 2016), que esse sentimento não era exclusivo dos

**A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta  
“Retorno de Exilados” do DOPS.**

exilados brasileiros, tanto os argentinos quanto os uruguaios presentes em seus estudos apresentavam essas dúvidas ao voltar para o país que o expulsou.

Juarez ainda faz questionamentos sobre o Brasil que o aguarda: “O que mais me assusta na minha vida é o tipo de civilização que o modelo ditatorial criou. Como serão as relações humanas no Brasil de hoje?”. Essa parte do texto difere da segunda fonte analisada nesse trabalho. Se a retórica da fonte de número 2 é construída de forma a apaziguar as tensões internas e defender a volta dos exilados que querem retornar a seu país natal; nesta fonte Juarez expressa uma preocupação, uma desconfiança sobre como estaria o país para o qual voltaria, não buscando citar motivos para que este o acolha de volta, mas questionando essas mudanças políticas e o resultado social/humano, que a vivência sob uma Ditadura poderia causar na sociedade brasileira.

A fonte é importante por revelar esses sentimentos e pensamentos que permeiam o exilado prestes a conseguir voltar para seu país, explicitados no texto muito pessoal que escreveu o autor. Infelizmente, parte da reportagem ficou de fora do recorte feito pelo agente do DOPS que catalogou a matéria.

## **Conclusão**

Tendo feito a análise de fontes e a discussão bibliográfica sobre o tema, a representação dos exilados a partir dos jornais brasileiros entre 1978 e 1979 foi mais diversa do que esperava quando encontrei os excertos. As principais diferenças identificadas foram por conta do viés político dos autores. Como um primeiro exemplo a ser comentado, Adirson Barros, autor da primeira fonte, tem uma postura pró-Ditadura assumida, enquanto Bahia, autor da última fonte, é um exilado que sofreu

Gabriella Daphne Pereira Ferreira

com as ações do governo. A percepção e assimilação de ambos sobre o mesmo assunto é completamente diferente, enquanto Barros ironiza a situação dos exilados e as suas condições no exterior, classificando todos da mesma forma (como terroristas de esquerda), Bahia fala sobre suas inseguranças, a sua vontade de voltar para casa e as diferenças entre os exilados em diferentes países.

Fernando Batinga, na segunda fonte, retoma o patriotismo dos exilados – ainda que para ajudar na retórica de aceitação da volta destes à sua terra natal - aspecto que é debochado por Barros e que expressa a visão de muitos apoiadores do regime, tendo como imagem cativa dos exilados a figura de um traidor da própria pátria.

O depoimento de Regueira, presente na quarta fonte, que aguardava a volta do filho banido – a revogação da lei do banimento foi bem posterior à lei da Anistia - por conta de um motivo arbitrário humaniza ainda mais o grupo dos exilados, tão difamados por conta desse status; vide o próprio texto de Barros que dentre muitos adjetivos negativos os chama de: “jovens imprudentes”, “levados por más companhias”, “aliados dos regimes totalitários”, “portadores de doutrinas alienígenas”, “criminosos que escapam da lei”, “professores ‘auto-nomeados’”, “escravos do imperialismo russo, dos gulags soviéticos e do gulag tropical cubano”. Tantas definições negativas dirigidas para o sujeito com o status de exilado acaba por criar uma imagem monstruosa e deturpada destas pessoas que ainda estavam ou que já haviam retornado do exterior.

A fonte de Regueira explícita que as pessoas que passam pelo exílio têm família, amigos e colegas que os esperam, e que estes foram tão atingidos pelo exílio quanto o próprio exilado. Não obstante, a iniciativa de registro de uma memória dos exilados, apresentada na terceira fonte, que é apagada, negada e desqualificada pela memória hegemônica do governo militar (e também atualmente a partir do negacionismo

**A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta “Retorno de Exilados” do DOPS.**

histórico construído sobre essa o período da Ditadura Civil-Militar) é um incentivo a encarar a História como uma importante ferramenta para as sociedades humanas, utilizada para analisar, escutar e preservar a memória dos grupos atingidos que fazem parte daquele contexto.

Por fim, a contribuição teórica de Jansen sobre o exílio, que foi retomada durante a análise das fontes, e que agora cito novamente, nos auxilia a entender o processo de exílio com a subjetividade dos que sofrem ou até se beneficiam com ele, o que é indispensável para essa análise. As ações e sentimentos dos exilados, e também dos que escrevem sobre estes, partindo de sua saída e sua volta ao país estão presentes nesses excertos de fontes e nos ajudam a entender todo esse processo com maior profundidade; ressaltando as diferenças entre os grupos e levas de pessoas que foram para o exílio e de como foi a recepção pública de sua ausência tanto quanto sobre sua volta.

### **Fontes**

Imagem 1: Fonte presente na pasta nº 1708.205 do DOPS, com documentos e informações referentes ao Retorno de Exilados. Disponível no acervo do Arquivo Público do Paraná.

Imagem 2: Fonte presente na pasta nº 1708.205 do DOPS, com documentos e informações referentes ao Retorno de Exilados. Disponível no acervo do Arquivo Público do Paraná.

Imagem 3: Fonte presente na pasta nº 1708.205 do DOPS, com documentos e informações referentes ao Retorno de Exilados. Disponível no acervo do Arquivo Público do Paraná.

Gabriella Daphne Pereira Ferreira

Imagem 4: Fonte presente na pasta nº 1708.205 do DOPS, com documentos e informações referentes ao Retorno de Exilados. Disponível no acervo do Arquivo Público do Paraná.

Imagem 5: Fonte presente na pasta nº 1708.205 do DOPS, com documentos e informações referentes ao Retorno de Exilados. Disponível no acervo do Arquivo Público do Paraná.

### Bibliografia

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Ed.). **Memórias do exílio**, Brasil 1964-1977: obra coletiva. Editorial Arcádia, 1976.

CHUEIRI, Vera Karam de, & CÂMARA, Heloísa Fernandes. (Des)ordem constitucional: engrenagens da máquina ditatorial no Brasil pós-64. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 2015, pp. 259-288. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-6445259-288/95>. Acesso em: 11 de maio 2020.

COSTA, Albertina de Oliveira [et al.]. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CRUZ, Sebastião C. Velasco & MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura" In: ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de & SORJ, Bernardo. (orgs.) **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 8-90.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

FERREIRA, Gabriella D. P. **MULHERES NO PARANÁ E SUAS MEMÓRIAS SOBRE O PROCESSO DE EXÍLIO DURANTE A DITADURA MILITAR (1968-1985)**. Universidade Federal do Paraná, 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Verbete "AI-5"**. 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 07 de mai. de 2019.

\_\_\_\_\_. "Prof. Matias Spektor circula documento da CIA sobre o governo Geisel". **Revista da Escola de Relações Internacionais**. 2018. Disponível em:

A figura dos exilados políticos a partir de recortes de jornais presentes na pasta  
"Retorno de Exilados" do DOPS.

<https://ri.fgv.br/noticias/2018-05-16/prof-matias-spektor-circula-documento-da-cia-sobre-o-governo-geisel>. Acesso em: 12 de maio 2020.

JANSEN, Silvana. **Exílio e Historia Reciente**: Avances y perspectivas de um campo em construcción. Aletheia, vol. 1, n. 2, mayo 2011.

JOFFILY, Mariana. A "verdade" sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**, n. 32, pp. 2-28, 2014.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. **ENCONTRO DA REDE ALFREDO DE CARVALHO (ALCAR)**, v. 10, 2015.

LASTRA, María Soledad. Volver del exilio: Historia comparada de las políticas de recepción en las posdictaduras de la Argentina y Uruguay (1983-1989). **Series: Entre los Libros de la Buena Memoria**, 6, 2016.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-154.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro, Zahar, 2014. pp. 242-287.

MULLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro, São Paulo, Contexto, 2014, pp 135-157.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1988. pp. 113-148.

PET-HISTÓRIA. **1968**: imagens, contracultura, guerra, revolução. Curitiba: UFPR. PET-História, 2019.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio. Entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999

RONIGER, Luis. Exílio Massivo, Inclusão e Exclusão Política no Século XX. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 53, n.1, 2010, pp. 91-123.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castello a Tancredo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.